



UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

## ABORDAGENS SOBRE A INFÂNCIA: UM DIÁLOGO ENTRE A HISTÓRIA, O MERCADO E AS POSSIBILIDADES DE CUIDADO<sup>1</sup>

Angélica Rosa dos Santos<sup>\*</sup>

Victória Maciel Batista<sup>\*\*</sup>

Helder Rodrigues Pereira<sup>\*\*\*</sup>

### RESUMO

*A infância já foi desmistificada pela Psicanálise. Não é mais possível discutir essa idade de um ponto de vista romântico e afastado dos contextos sociais que nos envolvem. Por isto apresentamos neste artigo uma discussão sobre a infância em nossa sociedade e as implicações da Psicologia em sua compreensão e direcionamento. Falar da infância não é atividade tranquila. Sabendo disto, fomos buscar na História algumas informações sobre o imaginário em torno das crianças e pudemos constatar que, nos dias atuais, ainda guardamos impressões muito idênticas aos de nossos antepassados. Diante de tal constatação, não nos cabe uma postura inerte, mas uma crítica das ações e das concepções modernas. A criança se tornou objeto de abordagem do mercado. Este outro que se insinua do discurso capitalista tem o poder de significar a infância, colocando-a formulada por suas prerrogativas que, a seu modo, continuam criando e recriando o mecanismo do lucro, representado pela indústria farmacêutica. Portanto, buscamos identificar esses sinais simbólicos para melhor compreendermos a infância e colocarmo-nos diante dessa faixa etária, não de maneira romântica e contemplativa, mas de forma profissional e atuante.*

**Palavras-Chave:** Infância. Mercado. História. Psicologia.

### INTRODUÇÃO

A infância é uma fase importante. Há muito, ela deixou de ser considerada a idade da inocência. Aqui ela se torna um objeto de pesquisa. Nosso interesse é abordar a infância como objeto de importância para a Psicologia.

Compreender o presente exige uma pesquisa – atitude de estudar para melhor apreender o objeto de interesse. Então, observamos que, ao abordar o tema da infância e de como ela é representada na sociedade atual, fez-se

<sup>1</sup> TCC em formato de artigo, apresentado ao Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (FACEC), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

<sup>\*</sup> Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos, em Barbacena – MG.

<sup>\*\*</sup> Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos, em Barbacena – MG.

<sup>\*\*\*</sup> Professor orientador. Colegiado do Curso de Psicologia do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos, em Barbacena – MG.



**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

necessário um breve percurso pela História: lá existem informações que nos remetem ao nosso próprio passado e nos permite compreender como esse passado dialoga com o presente. O percurso fez uma concepção em torno do imaginário sobre a criança, as formas de tratá-la, as maneiras de concepção do universo infantil. Para tanto, figuras de patriarcas se colocaram como direcionadores de nossa compreensão mas, o que é mais importante, de nossa crítica. O lugar do pai como centro e da mãe como subordinada começaram a delinear os espaços coletivos que, a seu modo, construíram uma abordagem sobre a criança e seu universo. Em seguida, buscamos uma abordagem filosófica, com um pequeno diálogo com a Psicanálise: criança como objeto de gozo. Esse diálogo nos instruiu para melhor contrapor o passado e o presente na compreensão do mundo infantil ou, melhor dizendo, o mundo adulto que se coloca diante da infância. O que este artigo nos permite compreender que tratar do tema da infância é, simultaneamente, tratar do tema adulto. Como as pessoas construíram suas instituições e se basearam nelas para tentar escapar ao mal-estar inerente à cultura.

Posteriormente, tratamos do cuidado à infância como cuidado de si mesmo, apontando para o alcance da Psicologia como ciência crítica do homem, suas questões e seus comportamentos. Esperamos, desta forma, contribuir para o avanço da função de nossa profissão.

## **1 PATRIARCADO VS MATRIARCADO: A DISPUTA PELO PROTAGONISMO SOCIAL NA HISTÓRIA DA SOCIEDADE**

Em meados do século XIX, Sigmund Freud apresentava a inquietante ideia de que o pai gera o filho que será seu assassino. Tendo sido este pensamento inserido na cultura ocidental, jamais deixou de causar um mal-estar na sociedade burguesa, patriarcal e falocêntrica.

De acordo com Morgan (1980), o patriarcado passou a ser definido pelo discurso antropológico marcado pelo evolucionismo como um sistema jurídico político no qual a autoridade e os direitos sobre os bens e as pessoas obedeciam



**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

a uma regra de filiação patrilinear. A esse sistema opõe-se o matriarcado, segundo o qual a regra de filiação matrilinear era definida como referência de vínculos genealógicos que eram repassados entre as mulheres durante os anos. Embora esses dois sistemas jamais tenham existido em estado puro e embora fosse impossível confundir uma ordem jurídica com uma modalidade qualquer de exercício de poder (paterna ou materna, masculino ou feminino), o imaginário ligado a essa bipolaridade sempre teve, em todos os tempos, força de lei, a ponto de se esquecer que a dominação do princípio masculino sobre o princípio feminino havia sido, em todos os tempos, e na quase totalidade das sociedades humanas, a única regra a partir da qual era possível construir as relações entre os sexos.

Os termos citados anteriormente – patriarcado e matriarcado – referem-se a uma dimensão admissível no discurso antropológico em meados do século XIX, pois eles determinam a forma da ação real das sociedades, diante da funcionalidade dos papéis dos pais. Desse modo, atribuindo as funções paternas como soberania e concedendo (limitando?) às mães outra forma de poder.

Informações assim nos permitem pensar a história da família sobre a categoria não apenas da diferença sexual, à da ordem masculina contra a ordem feminina ou vice-versa, mas também da contradição entre essas duas formas de dominação econômica e psicológica.

Hegel (1821) considerou os princípios da Filosofia do Direito, onde concedeu a melhor definição da nova relação instituída entre Estado, sociedade e indivíduo. Partindo desse pressuposto, a família é tida como a maior referência social. Homem e mulher compartilhariam a experiência do casamento monogâmico e ambos usufruiriam do interesse espiritual e da paixão sexual, separando assim os papéis: o marido passaria a enfrentar o mundo externo e a esposa desempenharia o papel de mãe e cuidadora de seu lar.

Durante muito tempo, a figura do pai soberano da sociedade burguesa mantinha os resquícios medievais de se comparar aos reis e, por extensão, a



UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

Deus. Com o advento das Revoluções Burguesas (Industrial e Francesa), o figura do rei entrou em decadência e, em consequência, também a de Deus. A imagem central que passaria a vigorar seria a do homem bem sucedido no mercado das trocas, capaz de empreender e de se elevar acima dos pressupostos emocionais típicos do universo feminino. O regicídio de Luis XVI, em 1793, colabora para a decadência e o pai, por sua vez, sentindo-se acuado pela perda de sua influência diante da Igreja e da sociedade, encontrou uma outra maneira de recuperar sua dignidade – o patriarcado do empreendimento industrial. O mundo jamais voltaria a ser o que era ao ver-se de tal forma dessacralizado.

Assim, uma comunidade de trabalhadores formada indistintamente por homens, mulheres e crianças, caracterizou a idade de ouro do paternalismo europeu. Mais uma vez o modelo cristão foi utilizado como imagem mental ao relacionar a figura do trabalhador urbano com a imagem de José, o santo carpinteiro, artesão. Imagem na qual os trabalhadores operário podiam se mirar para compreender a dimensão do trabalho no contexto fabril. Ainda sustentada por essa imagem do trabalhador, um outro modelo patriarcal foi se insinuando no contexto social: o *Pater Familias* (FREYRE, 2003). Esse pai, portando-se como o patrão, teria a missão de defender o operário contra as agressões do mundo circundante, garantindo-lhe trabalho e habitação, irá protegê-lo também contra ele próprio, colocando à sua disposição os serviços de saúde e de educação (sempre no modelo burguês). No seio desse espaço coletivo e vigiado onde impunha suas práticas sociais, o *padre padrone* ou mais conhecido como pai patrão, assimilaria a vida privada e a vida de trabalho, família biológica e família econômica, com a finalidade de garantir o seu poder.

Esse pai detinha um importante símbolo de poder ao associar o lar à empresa, a esposa e os filhos aos operários, criando uma atmosfera de controle e proteção necessária no mundo da casa e no mundo do trabalho (MATTOS, 1987); era um pai que caldeava os sentimentos em relação ao seu lar e à sua<sup>1</sup>

<sup>1</sup> As revoluções burguesas foram movimentos políticos ocorridos entre os anos de 1640 a 1850 nos quais a sociedade considerada aristocrata da época, caracterizada por títulos e pela monarquia absoluta, foi transformada em uma sociedade capitalista, sendo assim dominada pela produção desenfreada, e pela perda das tradições aristocratas da época.



**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

empresa, sabendo impor limite ao exercício da impotência do feminino (esposa, filhas e operárias).

A ordem burguesa estava, pois, baseada em três princípios que garantia os aspectos sociais e econômicos. Segundo Freyre (2003), esses princípios são: a autoridade do marido, a subordinação da mulher e a dependência dos filhos. Todavia, era preciso outorgar à mulher um lugar privilegiado: a maternidade. Mas também esse lugar simbólico era controlado a fim de se evitar uma perigosa irrupção do feminino, com a força de sua sexualidade devastadora, julgada selvagem e primitiva à medida que detinha em si os segredos telúricos, inalcançáveis pelo homem e impossíveis ao universo masculino (DELUMEAU, 1993).

Diante das diferenças biológicas entre os sexos, as pessoas cuidaram de inserir tais diferenças também no universo simbólico das relações de poder firmadas na sociedade. A mulher deveria, antes de mais nada, tornar-se mãe, mantendo o seu corpo dócil (FOUCAULT, 1987) aos princípios patriarcais que, por princípio, estaria protegendo a mulher da tirania do gozo feminino – esse desconhecido e irrefreável.

Parece que a figura do Estado republicano, instituído formalmente para exemplo ocidental pela Revolução Francesa, colocou-se no lugar imaginário do rei: pai amoroso, cuidador e taumaturgo (BLOCH, 2018). A burguesia também precisava garantir seu lugar de provedora, a figura do Estado deveria garantir ao povo aquilo que a monarquia (supostamente) garantia: controle e proteção. Um dos exemplos é o direito à vigilância e à punição (FOUCAULT, 1987). Se, anteriormente, pela emissão das chamadas *lettres de cachet*<sup>2</sup>, os reis detinham o direito de decretar a prisão de alguém sem o devido julgamento, o Estado assumiu esse posto, mas sem prescindir do aspecto jurídico, uma das marcas simbólicas de sua sustentação: uma sustentação de três poderes, independentes e harmônicos. Ora, esse mesmo aspecto jurídico, que garantia

---

<sup>2</sup> Literalmente, cartas de selos, cartas seladas, cartas emitidas pelos reis que traziam sua chancela, seu selo, o símbolo de sua realeza, a garantia de sua autoridade.



**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

legitimidade ao Estado burguês, não deixaria de pactuar com os princípios patriarcais que, no caso do Brasil, se associava às antigas (e novas) oligarquias rurais e urbanas.

Para que fosse considerado como um pai por excelência, o sujeito tinha que sustentar a ideia social de que o castigo é sinal de amor. Esse modelo pedagógico é remanescente do período medieval. Mas o pai, assim como o governante, não poderia abusar de seu poder e, para isto, seu comportamento poderia ser vigiado pelos costumes que visavam a proteger a família, considerada um aspecto importante da sustentação social cujo fim poderia significar uma desagregação impossível de ser vivenciada (FREYRE, 2003).

Igualmente era modificado o imaginário diante da união matrimonial. Se, anteriormente, ela era firmada unicamente em interesses econômicos, passaria a ser regida pelos sentimentos, tornando-se um contrato amigável entre homem e mulher, apostando principalmente no amor e nas relações de fidelidade. Quando essas viessem a fracassar, o pacto poderia ser revisto e o divórcio tem início como possibilidade de dissolução de uma união tida como pétrea e efetiva. Essa alteração ocasionou a desconfiguração da ideia de família indissolúvel e garantida pela presença divina.

Durante o século XIX, a autoridade paterna foi constantemente modificada, em alguns casos sendo rompida, dividida, fragmentada, laicizada. O pai se tornava o depositário das instituições estatais no âmbito da sociedade civil. A subordinação das mulheres e a dependência dos filhos não poderiam mais ser ilimitadas. Esse pai não poderia mais cometer erros ou falhar, caso isso acontecesse ele seria punido, pois sua prole dependia do mesmo. E foi assim que a substituição do poder de Deus pai pelo poder do *Pater Familias* abriria caminho para uma dialética da emancipação cujas primeiras beneficiárias seriam as mulheres e, depois delas, as crianças.

A questão do declínio da autoridade paterna e da escalada em intensidade do poder das mulheres passaria a ser vista de forma normativa. Mesmo assim, o chamado reino do matriarcado seria apresentada como fonte

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

de caos, de anarquia e de desordem, opondo-se ao do patriarcado, sinônimo de razão e de cultura. Ainda assim, o patriarcado foi um aspecto da organização social que se desenvolveu e prosperou, mantendo os princípios matriarcais sob o seu controle.

Engels (1979) consegue enxergar a derrota das mulheres e a criação da luta de classes, pois as considerava como a classe social mais baixa e Bachofen (1861) defendia a necessidade desta derrota, porque acreditava que a humanidade mergulharia na decadência, subvertida pela preeminência irracional de uma feminilidade selvagem.

De acordo com Delumeau (1993), o medo tomou conta da França quando o feminino assumiu a sua verdadeira forma, Louis de Banald e Hippolyte Taine foram responsáveis pela propagação de críticas a respeito da responsabilidade do relaxamento dos costumes, por uma inversão de papéis sexuais e uma feminilização da sociedade. Eles consideravam o divórcio como algo intrinsecamente perverso, pois o casamento passaria a ser uma instituição que apoiaria a independência das mulheres com relação à autoridade dos pais, que decidiam sobre os seus casamentos.

Mas é Bachofen<sup>3</sup> (1861, *apud* DELUMEAU, 1993) que se exprime da maneira mais manifesta e mais fascinante o grande terror da possível feminilização do corpo social. Em seu livro *Das Mutterrecht*<sup>4</sup>, ele reúne documentos com a intenção de demonstrar que a maternidade é a fonte de todas as sociedades humanas. Ele trata do *direito-de-mãe* dentro do contexto de uma religião matriarcal. Essa obra, inspirada por um ardente darwinismo, inventa um romance familiar cíclico sobre as origens da humanidade. Eis seu resumo, apresentado por Delumeau (1993): Em uma época remota, a humanidade teria sido imersa em uma espécie de arcaicidade, com suas raízes mergulhadas em pântanos e numa vegetação luxuriante. A esse dos primeiros tempos, a esse *rizoma telúrico*, Bachofen dá o nome de *hetairismo*, período marcado pela

<sup>3</sup> Jurista e antropólogo suíço (1815-1887).

<sup>4</sup> Literalmente, O Direito das Mães.

---

promiscuidade sexual e pelo reinado da deusa Afrodite. A ginococracia é definida pela instalação de um poder matriarcal, onde as mulheres passavam a fundar as famílias, a inventar a agricultura e a condenarem o matricídio, passando a se encorajarem tendo como referência uma divindade simbólica, a deusa Deméter. Após perceber o encorajamento das mulheres diante da sociedade, o pai se encarrega de distanciar os filhos da mãe a fim de lhes assegurar sua independência, retomando o regime patriarcal. Mas esse regime patriarcal, tão necessário aos olhos do macho, é sempre ameaçado pelas reminiscências desse outro período arcaico, pois a lembrança recalcada do matriarcado subsiste sempre nele através dos mitos e das lendas que habitam sua memória. É preciso, portanto, defendê-lo e protegê-lo contra qualquer irrupção do feminino. Se tomarmos a perspectiva do mito de Édipo, vemos que, figurativamente, a mulher traz consigo a encarnação do excesso, da morte, do incesto, da selvageria, da incredulidade e da zombaria ao Destino. Por isto ela tem o preço a pagar: a morte e o olvido, além da maldição (*ghénos*). Mas essas atitudes podem ser vistas como um privilégio do matriarcado e sinais ineludíveis da construção de um lugar social a partir do feminino.

Freud (1929) considera a civilização (*Kultur*) como a totalidade das obras e organizações cuja instituição nos afasta do estado animal de nossos ancestrais e que serve a duas finalidades: a proteção do homem contra a natureza e a organização dos homens entre si. Sob este ponto de vista, a família seria uma das maiores conquistas da civilização humana, sobretudo quando se leva em conta a importância dos afetos, a Lei-do-Pai e o aval da mãe para os complexos e intrincados mecanismos que regem a castração e determinam o sujeito desejante – marcado pelo desejo inefável e impossível de reaver o que perdera (útero ou paraíso). Freud, pois, não vê na emancipação do feminino uma ruína.

## **2 A FAMÍLIA COMO FORMA DE ORGANIZAR A SOCIEDADE**

Segundo Roudinesco (2003), há um destaque para três períodos quando se discute a organização familiar: a família tradicional (que se pauta

pela



**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

transmissão de um patrimônio); após, as famílias que se constituem por um amor

romântico e, por último, as famílias modernas, contemporâneas ou pós-modernas, que unem amor e prazer enquanto esses sentimentos estiverem presentes. O pai da família tradicional é visto como um Deus, cuja autoridade não pode ser contestada, trazendo referências bíblicas onde o homem é visto como um guerreiro ou um herói. Este símbolo, no entanto, se transforma devido às fases econômicas e políticas (com suas grandes variações) e essa imagem autoritária se perdeu durante o tempo, trazendo à tona a ideia de um outro modelo de pai: o amoroso, tolerante e respeitoso. Com o desenvolvimento da ideia de família, o pai vai deixando de ser visto como a autoridade maior, dando espaço para a mulher, que passa a assumir responsabilidades.

Durante o século XIX, a fragilização do homem que perdia sua soberania é ainda mais fortalecida por novos espaços econômicos ocupados pela mulher. Roudinesco (2003) aponta para a formação da família econômica burguesa, que se baseia na autoridade do homem, com sua esposa submissa e a dependência por parte dos filhos em relação a mãe. Nesse momento o Estado também tem autoridade sobre as famílias, visando à economia e seguindo as regras sócias gerais. Mas é justamente essa construção familiar que foi cedendo para novas concepções, quando a mulher passou a assumir um lugar importante na produção dos bens de consumo. Neste novo prisma, onde o homem deveria ser justo e submisso às convenções e às leis, sobre as mulheres era lançada a ideia de que sua presença como mãe não precisaria ser uma constante, pois havia o mundo do trabalho interpelando-a a cumprir suas jornadas. Ora, assim afastando-se de um lugar exclusivamente doméstico, a mulher encontra espaço para uma outra emancipação além da econômica: o da responsabilidade exclusiva pelo afeto. Foi o próprio domínio do capital que ensejou essas mudanças.

A família edipiana, cujo pai é assassinado pelo filho, deve contemplar também a destituição da mãe pela filha. Se os filhos se colocam diante do pai, o movimento das filhas é o de colocar-se contrárias à mãe. Se isto pode parecer

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente

Antônio Carlos

---

um retorno ao patriarcado, significa também o protagonismo do feminino que, também no Édipo, desempenha funções necessárias e indispensáveis para a construção da família. Não só o menino, mas também a menina tem seu papel essencial na construção familiar, podendo transformá-la, quando o assunto é a construção dos elementos simbólicos necessários para tal reformulação. Talvez seja este o motivo de estar a família em constante tormenta. O tormento é representado por Freud (1929/1976) no Hamlet, de Shakespeare, que é o Édipo adulto, atormentado por seu inconsciente em seus desejos, carregando a consequência da tragédia, se tornando um adulto com a consciência cheia de culpa, Freud (1929/1976) aponta que Hamlet procurou pensar na família de maneira simbólica.

De acordo com Roudinesco (2003), a organização familiar pelo modelo edipiano possui três pilares da revolução afetiva que visualiza os casamentos associados aos sentimentos: o aflorar da sexualidade dos casais, a preponderância que se concede ao filho e a ideia de afastar o desejo sexual do instinto de procriação. O homem, ao deixar de ser considerado preponderante, também perde seus poderes perante a mulher, que pode escolher se terá ou não filhos, sabendo que seus desejos sexuais também têm sua própria relevância. As famílias podem ser formadas sem que haja necessidade de coito sexual e os homens se tornam mais presentes na criação dos filhos, causando um repensar sobre os modelos de casamentos. Os modelos de famílias também se tornam acessíveis aos homossexuais, que eram deixados de lado da lógica familiar e social. Para Roudinesco (2003), toda a discussão que ocorreu sobre o conceito familiar contribuiu para uma reorganização de maneira horizontal, rompendo com a verticalidade da comunicação do poder e trazendo garantias para as gerações vindouras. Os casamentos deixaram de ser vistos como um ornamento da sacralidade.

## **2.1 Considerações sobre a infância no contexto ocidental**



**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente

Antônio Carlos

---

A infância é tida como uma das fases mais importante entre as etapas de desenvolvimento de um indivíduo. Devido à sua importância, vem a se tornar uma fase a ser lembrada por anos, de vivências e histórias que estruturam o ser humano até a senilidade. Com essa ideia entende-se que a infância foi representada e discutida em todas as épocas e culturas mas, conforme revela Ariès (1981) as representações artísticas, como a arte medieval em torno do século XII, não expunham a infância em suas obras, por uma falta de conhecimento ou vontade de entender esse universo.

Uma miniatura otomana do século XI nos dá uma ideia impressionante da deformação que o artista impunha então aos corpos das crianças, num sentido que nos parece muito distante de nosso sentimento e de nossa visão. O tema é a cena do Evangelho em que Jesus pede que se deixe vir a ele as criancinhas, sendo o texto latino claro: *parvuti*. Ora, o miniaturista agrupou em torno de Jesus oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância: eles foram simplesmente reproduzidos numa escala menor. Apenas seu tamanho os distingue dos adultos. (ARIÈS, 1981, p.39).

Segundo o autor, a caracterização da criança no século subsequente (XIII) não foi muito diversificada, as distinções começam apenas no tamanho, mas a expressão adulta permanece em destaque, nas expressões e no corpo. Seria a dificuldade pictórica a grande dificuldade de compreender o *in fans*, aquele que não é capaz de fazer sentido em um mundo predominantemente adulto? É provável, pois os homens desses séculos não se detinham diante da imagem da infância, pois não lhes era significativa (ARIÈS, 1981).

No século XIII, no entanto, as formas de representações da infância já começam a surgir, mas com a figura do anjo, sendo representado com traços de um menino adolescente mas, pelo menos, não é um adulto. Isto demonstra que a representação da criança ganha espaço. A representação infantil seguia os pressupostos sagrados, como uma forma de sacralizar a infância, tida como idade da inocência. Cenas da Sagrada Família também representavam a criança



**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente

Antônio Carlos

(o Menino Jesus), mais como um adulto do que como uma criança propriamente dita.

As representações pictóricas foram se modificando, chegando ao nu infantil. A criança despida era colocada como assexuada pois, pela forma infantil, eram concebidos os justos por natureza.

Ariès (1981) aponta também para a realidade de as famílias terem muitos filhos para a sobrevivência de poucos. A mortalidade infantil era frequente pois, como não havia um interesse para compreender os processos infantis, tampouco havia o interesse em compreender aspectos gerais de suas particularidades, tais como doenças ou sentimentos diversos de abandono, por exemplo.

## **2.2 A infância controlada: uma visão sobre os novos corpos dóceis**

As instituições têm, pelo menos, um ideal: o de docilizar os corpos, tê-los sob controle, obedientes aos princípios ideológicos impostos. Os corpos infantis também estão sujeitos aos mesmos mecanismos que, no caso deles, são chamados simplesmente educacionais e normativos. Laurent (2013) apresenta uma crítica sobre o controle da infância, considerando que há uma crise nesse controle e expõe as razões de seu pensamento. Eis o que considera:

(...) por controle da infância designo o conjunto de procedimentos pelos quais a nossa civilização impõe às crianças, seus ideais coletivos. Em outro sentido, mais restrito, designo com o mesmo termo um conjunto particular de procedimentos que advêm da etiquetagem patológica das crianças e adolescentes (LAURENT, 2013, p. 37).

Segundo ressalta, a experiência infantil de nosso século é mais solitária do que a do século passado. O individualismo de massa, que nos caracteriza, contamina a infância, conferindo-lhe essa experiência da solidão que, no seu



**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente

Antônio Carlos

âmbito, é característica de todo ser humano, de acordo com Freud (1929). Esse abandono à solidão é uma das consequências da reconfiguração das famílias que, de certa forma, deixaram de se configurar a partir do modelo patriarcal e se fixaram no modelo do mercado. De alguma forma, nosso tempo assiste estupefato a este fato:

As mulheres mães são chamadas ao mercado de trabalho em um nível antes desconhecido, com um estatuto ao mesmo tempo mais precário. Elas são especialmente requisitadas pela nova “sociedade de serviços” e têm, então, uma importância jamais vista no mercado de trabalho. O trabalho dos pais torna, então, a infância mais solitária (LAURENT, 2013, p. 37).

Mas as crianças e adolescentes solitários são capturados por outro mercado: telas e drogas. São objetos de gozo imediato. Como se sabe, por trás de toda oferta, há uma demanda: uma demanda de gozo, mas é a própria criança que é o objeto de gozo. Parece que há um paradoxo desconcertante para a sociedade atual: a criança como objeto de gozo se opõe à criança como objeto de desejo dos pais, pois que esses deixaram-nas ir. E elas vão se tornando a tensão do mundo moderno que, longe de atender-lhes as questões, pois “toda criança é um salvador da família que, no final das contas, se revela mal feito” (LAURENT, 2013, 38). Não bastasse, temos ainda a consideração de um economista de Singapura que afirma que nos países desenvolvidos, o curso de uma criança é superior à sua utilidade. Seria, pois, mais uma ilustração da colocação da infância no mercado ou, no final de todas as contas, a colocação da infância nas cidades? Em que difere a Roda dos Expostos da Roda do Mercado? Aqui, parece-nos que as instituições modernas são bem mais perversas. Assim apontamos pois os relatos historiográficos da Roda dos Expostos colocava a criança à mercê da atenção de funcionários das Santas Casas, que nem sempre tinham um cuidado pedagógico podendo, inclusive, dar aguardente às crianças para apressar-lhes o sono. E isso nos deixava indignados com nossos antepassados no cuidado à infância. Quando, no



**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente

Antônio Carlos

entanto, nos deparamos com o relato de Singapura, vemos que, no seu interior, pouco se modificou nossa atitude diante das crianças. “Sejam quais forem as novas distribuições da figura do ‘desejo da criança’, o imperativo de controlar, de vigiar a família e a criança mantém-se” (LAURENT, 2013, p. 41).

Portanto, controle, vigilância e punição continuam sendo as ações indispensáveis para que os pequenos não frustrem as expectativas adultas de se portarem docilmente diante de seu desejo – um desejo que eles próprios não sabem qual seria. Sejam como forem essas relações, o que a sociedade atual espera das crianças é que elas sejam capazes de salvar a sociedade exaurida pela exploração fabril (das pessoas e do planeta). Segundo Laurent (2013), antes da Europa, os países asiáticos colocaram fardos pesados demais nos ombros da juventude, o que levou a vários suicídios de crianças (Japão, China e Coreia). O peso do ideal mostrou o seu preço. A criança é um meio de gozo: no trabalho, na escolarização e, de uma forma mais concreta, nos exemplos de estupros de menores. Talvez seja este um dos motivos da medicalização da infância. Vão surgindo novas patologias para dar conta do gozo em torno da expectativa com relação à infância. Não há dúvida: o DSM-V trabalha para a indústria farmacêutica – esta desconcertante afirmação é trazida por Laurent (2013) e diz respeito à consideração de Allen Frances, um dos protagonistas da criação do DSM-IV. É o mundo das epidemias diagnósticas que fazem crescer o número de crianças diagnosticadas com autismo, com o déficit de atenção e com o transtorno bipolar. Um mecanismo bem mais sutil que a Roda, mas bem mais eficiente quando se trata de mostrar o meio de gozo no qual se define a infância. Estamos, pois, diante da mesma lógica do *in fans*, sem fala, sem significação possível para o mundo adulto. Mas as crianças falam e têm o que dizer. É preciso que a Psicologia, como ciência e como profissão, se organize epistemologicamente em torno do saber sobre a infância, a fim de que não se comporte passivamente no mercado das classificações diagnósticas. É preciso que a Psicologia tenha um olhar e um ouvir diferenciado, de forma a estender o



**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente

Antônio Carlos

---

discurso infantil para além do universo adulto, sabendo ler seus símbolos e significantes.

### **3 O CUIDADO À INFÂNCIA E O CUIDADO DE SI**

Qual a sua lembrança da infância? Aquela música que sua mãe colocava pra vocês cantarem juntos; as manhãs junto com a família brincando de pique esconde? Muitos de nós guardamos em nossas memórias momentos únicos de felicidade que se eternizaram na lembrança. Quais seriam as consequências emocionais da privação afetiva sofrida por crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade ou abandono e que, por isto, foram acolhidas por instituições que atuam com o papel de resgate de crianças que não se encontram em um lar seguro?

É importante que durante a primeira infância – fase primordial para o desenvolvimento – que se atente à forma como são oferecidos estímulos para que esse desenvolvimento possa acontecer da maneira correta de acordo com as necessidades biológicas e psicológicas de cada indivíduo. Só é possível que uma criança se desenvolva corretamente se os adultos compreenderem a dimensão dessa importância e apresentarem a devida participação. Mas esta não é a realidade de algumas crianças.

Sabemos que a fase que vai do primeiro ao sexto ano de desenvolvimento é que a criança forma sua personalidade. Mas ela não é mero recipiente vazio que se preenche com as experiências externas. A presença dos pais, no entanto, como de qualquer adulto que faça parte do seu contexto, é essencial para essa construção. Quando privada de tal experiência, emergem seu modo de se constituir: falta de confiança no mundo adulto, autoestima enfraquecida e outros problemas afetivos.

É importante que se entenda a complexidade do afeto e o que ele significa. Afeto significa a disposição de alguém por algo, seja essa coisa positiva ou negativa. É a partir do afeto construído que se demonstram sentimentos ou emoções. Durante as vivências do dia a dia é possível construir momentos de

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente

Antônio Carlos

---

afeto com as crianças. Afetos que a coloquem acima das leis do mercado e suas regras.

A sensação de bem-estar provocada por essas interações positivas com os adultos de referência, sejam eles os pais, familiares ou outros, pode impactar diretamente na formação da personalidade e desenvolvimento intelectual das crianças. A ausência de afeto, por seu turno, pode desencadear os transtornos psicológicos que serão capturados pela lógica farmacêutica.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As instituições têm funções sociais bem específicas. Via de regra, elas se constituem como lugares onde o desejo se vê formatado, colocado em limites, controlado. Uma dessas instituições é a família, cuja função positivista tem sido a de conter e controlar o desejo sexual, conferindo-lhe um espaço único, relacionado não à procriação da espécie humana, mas ao poder patriarcal. Ora, este sentido de controlar os espaços também abrange o controle das pessoas e dos sentimentos. O amor, o desejo, as emoções: tudo isto abarcado pelas instituições, em uma função tão eloquente que os que se desviam são fagocitados, apreendidos, destruídos ou, então, reconduzidos à lógica pensada pelo poder. Desde sempre, o poder busca controlar os corpos, tornando-os educados e, principalmente, dóceis. As instituições fazem isto em todos os aspectos sociais.

A abordagem aqui discutida trouxe a experiência da infância nesses meandros institucionais e, não sem espanto, deparamos com o conceito desconcertante, segundo o qual a infância é objeto de gozo: dos adultos, do mercado, das fórmulas de docilização dos corpos.

Para a Psicologia, a infância é a idade do sujeito. O instante em que a subjetividade deve ser ouvida, pois tem o que dizer, seja nos comportamentos de transgressão – o que gera mais uma patologia psiquiátrica (o transtorno do comportamento opositor) – ou nos de adequação forçada aos princípios da



**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente

Antônio Carlos

tradição, que a quer submetida ao desejo do mundo adulto, silenciando suas palavras e mantendo-a no universo do sem fala (o *in fans*).

Quando a Psicologia se aproxima da infância, ela se depara com um universo particular e complexo. A complexidade da infância deve ser tomada em suas características totais, a fim de que seja possível uma abordagem terapêutica que leve em conta o cuidado e a escuta, pois quando as crianças falam, o universo adulto entra em crise. Ao ouvir a infância, estamos reunindo condições para melhor ouvir a sociedade e evitar seu adoecimento próprio da cultura.

## **APPROACHES TO CHILDHOOD: A DIALOGUE BETWEEN HISTORY, THE MARKET AND THE POSSIBILITIES OF CARE**

### **ABSTRACT**

*Childhood has already been demystified by Psychoanalysis. It is no longer possible to discuss this age from a romantic point of view and away from the social contexts that surround us. For this reason, we present in this article a discussion about childhood in our society and the implications of Psychology in its understanding and direction. Talking about childhood is not a quiet activity. Knowing this, we went searching in History for some information about the imaginary about children and we could see that, nowadays, we still have impressions very similar to those of our ancestors. Faced with such an observation, it is not up to us to take an inert position, but rather to criticize modern actions and conceptions. The child has become the object of the market's approach. This other that insinuates itself from the capitalist discourse has the power to signify childhood, placing it formulated by its prerogatives that, in its own way, continue creating and recreating the profit mechanism, represented by the pharmaceutical industry. Therefore, we seek to identify these symbolic signs to better understand childhood and place ourselves before this age group, not in a romantic and contemplative way, but in a professional and active way.*

**Keywords:** *Childhood. Market. History. Psychology.*

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente

Antônio Carlos

---

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. **O mal estar na cultura** (1929). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

LAURENT, Eric. A crise do controle da infância. In: BARROS-BRISSET, Fernanda Otoni; SANTIAGO, Ana Lydia e MILLER, Judith (orgs.). **Crianças falam! e têm o que dizer**. Belo Horizonte: Scriptum, 2013. pp. 37-47.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.